

Rafael Carvalho Rezende Oliveira

Precedentes no Direito Administrativo



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 / (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 09.04.2018

1121350

- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

O51p

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende

Precedentes no direito administrativo / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8069-3

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Administração pública – Brasil. I. Título.

18-48838

CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 2 – COMMON LAW E CIVIL LAW: ORIGEM, EVOLUÇÃO E APROXIMAÇÃO	3
2.1. O <i>common law</i> no direito inglês.....	4
2.1.1. Origem, evolução e características.....	4
2.1.2. A organização do sistema judiciário inglês.....	10
2.2. O <i>common law</i> no direito norte-americano.....	11
2.2.1. Origem, evolução e características.....	11
2.2.2. A organização judiciária norte-americana.....	15
2.3. O papel da jurisprudência nos sistemas do <i>common law</i> : a doutrina do <i>stare decisis</i> e as fontes do direito	18
2.4. O <i>civil law</i> : origem, evolução e suas fontes	26
2.5. A aproximação entre o <i>civil law</i> e o <i>common law</i>	29
CAPÍTULO 3 – A TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS	35
3.1. Conceito	35
3.2. Fundamentos: vantagens e desvantagens.....	38
3.3. Classificações	40
3.4. Decisões, precedentes, súmulas e jurisprudência	43
3.5. Estrutura dos precedentes: <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>) e <i>obiter dictum</i>	46
3.6. Aplicação e superação dos precedentes: <i>analogy</i> , <i>distinguishing</i> , <i>overruling</i> e outros mecanismos.....	49

CAPÍTULO 4 – A TEORIA DOS PRECEDENTES NO BRASIL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (CPC/2015)	65
4.1. A evolução da teoria dos precedentes no Brasil.....	65
4.2. Os precedentes judiciais no CPC/2015	75
4.3. Precedentes judiciais vinculantes (art. 927 do CPC).....	78
4.3.1. Decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 927, I, do CPC).....	79
4.3.2. Enunciados de súmula vinculante (art. 927, II, do CPC).....	80
4.3.3. Acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos (art. 927, III, do CPC).....	80
4.3.4. Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional (art. 927, IV, do CPC)	83
4.3.5. Decisão do plenário ou do órgão especial dos tribunais (art. 927, V, do CPC).....	85
4.4. Graus de vinculação dos precedentes: forte, média e fraca	85
4.5. Aplicação dos precedentes: <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>) e <i>obiter dictum</i>	87
4.6. <i>Distinguishing</i>	88
4.7. Superação dos precedentes (<i>overruling</i>).....	89
4.8. Divulgação dos precedentes.....	92
4.9. Distinções entre as teorias dos precedentes no Brasil e nos países do <i>common law</i>	93
 CAPÍTULO 5 – A TEORIA DOS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS	95
5.1. Conceito	95
5.2. Autovinculação e os precedentes administrativos	101
5.3. Fundamentos	107
5.4. Precedentes administrativos e as fontes do Direito Administrativo.....	109
5.5. Discrecionalidade, vinculação e precedentes administrativos	112
5.6. Efeitos vinculantes e persuasivos dos precedentes administrativos	116
5.7. Precedentes administrativos e institutos afins.....	118
5.7.1. Praxe administrativa	118
5.7.2. Costumes	119
5.7.3. Teoria dos atos próprios (<i>nemo potest venire contra factum proprium</i>).....	121
5.7.4. Analogia.....	123

5.8.	Requisitos para aplicação dos precedentes administrativos	125
5.8.1.	Identidade subjetiva da Administração Pública	126
5.8.2.	Identidade objetiva	129
5.8.3.	Legalidade	130
5.8.4.	Inexistência de justificativa relevante e motivada para alteração do precedente	131
5.9.	Aplicação dos precedentes administrativos: analogia e <i>distinguishing</i>	132
5.10.	Superação dos precedentes administrativos: <i>overruling</i>	133
5.10.1.	Exigências para superação dos precedentes administrativos	134
5.10.1.1.	Efeitos e modulação	134
5.10.1.2.	Motivação	135
5.10.2.	Hipóteses de superação dos precedentes administrativos	136
5.10.2.1.	Anulação da decisão administrativa que originou o precedente	136
5.10.2.2.	Ilegalidade do precedente sem anulação da decisão administrativa	140
5.10.2.3.	Superação do precedente por razões de interesse público	141
5.11.	Efeitos da violação aos precedentes administrativos	141
5.12.	Processos judiciais <i>versus</i> processos administrativos	143
5.13.	Precedentes judiciais nos processos administrativos	146
5.14.	Precedentes administrativos nos processos judiciais	154
5.15.	A relevância do papel da advocacia pública na aplicação dos precedentes administrativos	161
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES		165
BIBLIOGRAFIA		167